

DEMOCRACIA EM ÁFRICA: POSSIBILIDADES E LIMITES¹

*Cláudio FURTADO**

RESUMO: O artigo procura fazer um sobrevôo rápido sobre o processo de democratização em África, procurando entender as variantes internas à sua concretização, num contexto mundial de valorização da democracia forma e representativa. As vicissitudes por que passa o processo de transição em África é vista tanto nas suas dimensões política como económica, cultura e social. A dinâmica e a dialética das relações endógenas e exógenas ao continente africano, a sua forte dependência económica e financeira explicam a situação actual do continente e desenham perspectiva para o futuro.

Os percalços que alguns países têm tido na sua trajectória para a implementação de um sistema democrático denotam a teia de relações: económica, políticas, étnicas e outras que conformam a realidade política africana e condicionam a implementação de políticas públicas e de uma práxis política plural.

Palavras-chave: África; Democratização; Transição política; Dependência económica; Política

INTRODUÇÃO

A democratização das Sociedades e dos Estados está hoje na ordem do dia mundial. Durante os finais dos anos oitenta e no decorrer dos anos noventa, um movimento forte de democratização sacode os países africanos. É verdade que os acontecimentos do leste europeu e as exigências dos organismos de cooperação bilateral e multilateral condicionando a ajuda pública ao desenvol-

(1) Comunicação inicialmente apresentada no Ciclo de Debates *Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*, organizado pela Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz, Praia (Cabo Verde), 28-29 de Novembro de 1997.

(*) Instituto Superior de Educação da Praia, Cabo Verde.

vimento e a concessão de créditos à boa *gouvernance*² influenciaram esse processo de mudanças, embora seja difícil estabelecer uma relação directa de causa e efeito entre as duas coisas.

Não obstante a importância do contexto político internacional, não se pode menosprezar as condicionantes internas à democratização. Aliás, os acontecimentos recentes na Zâmbia e na República do Congo são alguns exemplos das vicissitudes do processo de transição para a democracia em África e do facto da existências de razões internas que, numa inter-relação com factores exógenos, acabam por ditar o sentido da mudança social e política. Aliás, num mundo globalizado as interdependências não apenas económicas como também políticas e culturais ganham um peso significativo nas opções que se fazem bem como na determinação da perspectiva analítica que se quer desenvolver. As injunções entre as variáveis endógenas e exógenas devem ser tidas em devida conta na compreensão da realidade africana de hoje.

Na presente comunicação pretendemos reflectir sobre as condicionantes socio-políticas, económicas e culturais que influenciam a perenização do processo democrático em África, analisando a um só tempo os factores internos às sociedades africanas e a inter-relação como ambiente internacional, mormente numa época de globalização. Como refere Jibrin Ibrahim “*De entre as características essenciais da transição democrática figura a autoridade constitucional, o multipartidarismo, mas igualmente uma transformação sócio-cultural muito mais profunda permitindo à equipa dirigente livremente eleita e à maioria da população civil de fazer prevalecer a sua primazia em relação às oligarquias militares, os grupos étnicos e regionalistas e/ou a nomenclatura*”³ Por conseguinte, e naquilo que fundamentalmente nos interessa – uma vez que os instrumentos jurídico-constitucionais estão implementados, na maior parte dos casos –, resta saber se, por um lado, as instituições políticas, em particular as hegemónicas, permitem o desenvolvimento de espaços de exercício da democracia e de vivência democrática e, por outro, se todos os actores da cena política interiorizaram um *habitus* democrático.

No mundo hodierno, assiste-se a uma hegemonia a um só tempo do neo-liberalismo económico e político. O discurso neo-liberal parece ter-se transfor-

(2) O conceito de boa *gouvernance*, introduzida pelas Instituições Financeiras Internacionais e, de forma particular pelo Banco Mundial, refere-se a uma eficaz gestão da coisa pública, numa perspectiva de talvez tecnocrática. Mais tarde, veio a ser acrescentada a necessidade do respeito dos direitos humanos e a instauração do regime multipartidário.

(3) IBRAHIM, Jibrin. *Transition Démocratique en Afrique: Le défi d'un nouveau programme*, p. 124. In: CHOLE, E. & IBRAHIM, J. (Org). *Processus Démocratique en Afrique: Problèmes et Perspectives*. DAKAR, Codesria, 1995.

mado numa panaceia tanto para o discurso político como intelectual. Esquece-se, no mais das vezes, que “*atribuir qualidades imanentes à teoria é uma coisa e que é uma outra entendê-la como um instrumento permanente de fazer aparecer o sentido do objecto de sua análise*”⁴. Isto pressupõe que é preciso considerar os constructos teóricos enquanto corpos conceptuais e como realidades ou processos sócio-históricos com uma determinada concretude. Vale, pois, dizer que analisar as possibilidades da democracia em África exige a um só tempo definir os conceitos/instrumentos teóricos de análise e ‘olhar’ para as formas sócio-históricas tal como se apresentam a nível de realidades e formações sociais específicas.

I - DEMOCRACIA: USOS E SENTIDOS

Como refere Maje⁵ a democracia é um conceito e um processo sócio-histórico e como tal deve ser entendido e apreendido. De facto, embora a democracia seja, do ponto de vista conceptual, o governo do povo, as formas históricas como o exercício da democracia se deram e como esse mesmo exercício é transvestido no princípio da delegação, acaba por determinar, não apenas diversas concepções de democracia, como diversas formas de sua construção sócio-histórica.

Grosso modo, poderemos dizer que encontramos ao longo da história do pensamento político e intelectual moderno três conceitos de democracia: a liberal, a social e a socialista, expressando três formas de governo a saber: o liberalismo, a social democracia e o socialismo. Estas três concepções de democracia têm como substracto três concepções de mundo e, por conseguinte, três projectos de sociedade. Mais ainda, elas constituem, tanto do ponto de vista teórico como político, críticas das “*formas preexistentes de governo e de distribuição de riquezas*”.⁶

No continente africano, particularmente quando se analisa a história colonial, constata-se que, devido à própria situação colonial, não havia espaço para um governo do povo, directamente ou por delegação, uma vez que a situação colonial constituía *de per sí* uma negação à democracia enquanto conceito e concretude histórica. No entanto, e por mais paradoxal que possa parecer,

(4) MAFEJE, Archie. *Théorie de la démocratie et discours africain*: “Cassons la croute, mes compagnons de voyage!”, p. 1. In: CHOLE, E. & IBARHIM, J. (Org). *Processus Démocratique en Afrique*: Problèmes et Perspectives. DAKAR, Codesria, 1995.

(5) *Idem*.

(6) *Idem*. Acrescenta o autor que as três formas de democracia viriam a coexistir politicamente após a primeira guerra mundial, particularmente e m Europa.

todo um discurso intelectual e político é produzido no sentido de justificar a colonização no quadro de um projecto democrático e liberal.⁷ Geralmente, assinala-se a incapacidade dos africanos, não apenas em assegurar o seu próprio desenvolvimento económico como também, no quadro do Estado moderno criar e vivenciar instituições democráticas. Mais ainda, uma vez que o continente africano era visto como uma amálgama de tribos ou etnias, não tinha uma história social e, por conseguinte, a sua existência no tempo “*era apenas de natureza quantitativa e não qualitativa*”.⁸ A introdução da civilização constituía uma pré-condição à realização histórica da democracia em África.

Contudo, a história da colonização é a um só tempo a história da luta pela liberdade e, *à la limite*, por uma vivência democrática. É, contudo, verdade que o processo de luta contra a colonização em África foi difícil, por um lado, por causa do despovoamento demográfico, cultural e económico a que o continente foi sujeito durante séculos, debilitando a força vital tão necessária para a vivificação de um povo, da sua história e de sua perenidade, e, por outro, porque, diferentemente de outros povos em outros continentes, pouca coincidência pode ser assinalada entre o processo de formação da nação e a do Estado, enfim entre a história social e a política.⁹ Por conseguinte, é com as independências nacionais que estão, do ponto de vista institucional e político, pelo menos, criadas as condições para a busca de uma vivência democrática, entendida esta como uma permanência na vida política.¹⁰

Hoje em dia, assiste-se, em todo o continente africano a uma discussão enviesada que se assenta no princípio de que democracia é o multipartidarismo e a realização de eleições multipartidárias. Tende-se, no mais das vezes, a se chegar a uma fórmula, por demais simplista, segundo a qual regimes pluripartidários são democráticos e os de partido único, ditatoriais. Perde-se, por conseguinte, de vista toda a relação de cumplicidade social e vivencial necessária à concretude da democracia, que passa pela realização de reformas societais que se impõem e que ultrapassam o campo político para atingir todos os domínios do social.

(7) Cf. MANDANI, Mahmood. *Théorie de la démocratie et luttes démocratiques: In: CHOLE, E. & IBARHIM, J. (Org). Processus Démocratique en Afrique: Problèmes et Perspectives*. Dakar, Codesria, 1995; IBRAHIM, Jibrim, *op. cit.*

(8) MANDANI, M., *op. cit.*, p. 43.

(9) Cf. SERRANO, C. M. H. *Angola: Nasce Uma Nação*. S. Paulo, FFLCH-USP, 1988. (Tese de Doutoramento).

(10) Alguns estudiosos chamam a atenção para o facto de, mesmo nos períodos de intensa actividade política e/ou cultural que antecedem a independência, muitos discursos nacionalistas assentaram-se mais numa perspectiva de uma ideologia estatal, no sentido de que seria o Estado a criar a Nação.

A luta em África por uma vivência democrática não constitui um fenómeno dos anos noventa. Nos espaços coloniais franceses e ingleses assistia-se já, após segunda guerra mundial, a reformas políticas, sociais e sindicais facilitadoras do pluralismo político e sindical e que estarão, em certa medida, na origem, de uma significativa ebulição em termos dos movimentos sociais, e mesmo, na luta política que desembocaria nas independências. Processo diferente acontecia no espaço colonial português, em que o regime político endurecia as suas posições, embora do ponto de vista das relações internacionais, a tendência apontava para a descolonização. Ou seja, o regime português remava contra a maré.

Cabe aqui abrir um parêntese para referir que alguns estudiosos tendem a analisar o processo de descolonização unicamente da perspectiva do colonizador relegando o papel dos colonizados. Segundo esta perspectiva, os países colonizadores de *moto próprio*, resolveram ‘conceder’ a independência aos países africanos.¹¹ Toma-se, ou por razões de natureza ideológica ou por vieses epistemológicos, a causalidade externa como o único factor explicativo, esquecendo-se, como afirmou Roger Bastide que a causalidade externa e a interna não constituem pólos opostos, mas antes dois momentos de um mesmo processo dialéctico.¹²

As greves que começaram a aparecer um pouco por todo o lado nos finais dos anos quarenta e nos anos cinquenta constituem um prelúdio, ainda que não contínuo, da dinâmica dos movimentos sociais, na busca do efectivo exercício do pluralismo e da democracia que só poderia estar corporificada num Estado-Nação ou em Estado-Nações soberano(s). Ghana em 1937, Sudão em 1945, Nigéria em 1946, Dakar em 1945-46, Tanganika em 1947, Zanzibar em 1947, Guiné em 1953, constituem alguns exemplos do desabrochar dos movimentos sociais em África pugnando por uma nova sociedade, baseada em relações sociais, políticas e de poder, entre outras.¹³

Nas antigas colónias portuguesas de África, a possibilidade do pluralismo estava negada com o Estado Novo, de características marcadamente corporativista e fascisante. As tentativas de manifestação social, particularmente no

(11) Cf. SERRANO, Carlos M. H. & MUNANGA, Kabengele. *A Revolta dos Colonizados*. S. Paulo, Atual, 1995.

(12) BASTIDE, Roger. La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique. In: CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE, Paris, PUF, 21 (13): 77-99, juillet, 1956.

(13) Para uma análise mais aprofundada da relação entre os Movimentos Sociais e a Democracia em África, consultar MANDANI, Mahmud e WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest (editores). *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar, Codesria Book Series, 1995.

quadro dos movimentos sindicais, redundaram em massacres, como o demonstra o caso de Pidjiguiti, na Guiné-Bissau.

Em todo o caso, os movimentos sociais emergentes em África acabam, paulatina e progressivamente, por originar projectos políticos e de sociedade, dando lugar em muitos casos ao surgimento de organizações partidárias. O móbil das reivindicações deixa de ser apenas a melhoria das condições de vida e das relações laborais, mas ataca o cerne do sistema colonial: é a negação da possibilidade de se conseguir os chamados direitos sociais sem antes dispor-se dos direitos políticos.

No fundo ao propor reformas políticas e sociais no pós-guerra, os regimes coloniais estavam criando condições para o desmantelamento do próprio sistema, embora seja verdade que o processo de desmantelamento de quaisquer “*modelos históricos será precedido inevitavelmente de desilusão ou de frustração na sociedade contemporânea. Neste processo, certos impulsos elementares e intuitivos serão transformados em percepção e modelos de pensamento fundamentalmente diferentes que buscam não apenas substituir os modelos recebidos mas, mais precisamente, desacreditar o seu fundamento intelectual*”.¹⁴ É o que aconteceu com os processos de independência dos países africanos e mais recentemente com a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo.

No caso das lutas pelas independências das antigas colónias portuguesas cabe ressaltar o caso do PAIGC que ao mesmo tempo que mobilizava as populações à sua volta e para a luta armada e política todo um discurso militar e político era produzido fundamentalmente por Amílcar Cabral, no sentido não apenas de uma legitimação intelectual da luta por ele liderada, como também para desmontar a construção teórica legitimadora do colonialismo português.¹⁵

Retomando a análise sobre a democracia, podemos pois dizer que a possibilidade de sua realização sócio-histórica somente poderia dar-se num contexto de independência. Isto é tanto mais verdade quanto, se do ponto de vista conceptual, democracia é o governo do povo, pressupondo que este tenha direitos inalienáveis, a realidade colonial negava o discurso já que, nesta perspectiva, grande parte dos africanos não era ‘povo’. Efectivamente não era reconhecida a cidadania a grande parte da população. No caso das colónias portuguesas o Estatuto do Indigenato era bem lúcido nesta matéria.¹⁶ Nas colónias inglesas e francesas as reformas institucionais e políticas havidas no período pós-

(14) MAFEJE, A., *op. cit.*, p. 2.

(15) Cf. CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta I e II* (Obras escolhidas). Lisboa, Seara Nova, 1977.

(16) Cf. FURTADO, Cláudio Alves. *Génesis e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia, ICLD, 1997.

guerra, a que fizemos referência anteriormente, embora tenham levado a uma distensão política no sentido do alargamento do pluralismo político, constituem uma forma de controle por parte do poder colonial dos movimentos políticos. De facto, e como o sublinha bem Mandani, a legalização dos movimentos sociais e sindicais permitia ao poder esvaziar (ou pelo menos tentar esvaziar) o carácter político dos mesmos. Ao torná-los legais, o poder colonial conferiu-lhes uma visibilidade possibilitadora de controle.

Não obstante as diversas tentativas de cooptação, as lutas sociais e políticas reivindicando a independência não param e as independências acabaram por chegar e com ela a possibilidade da concretização de uma vivência democrática.

II - AS INDEPENDÊNCIAS NACIONAIS E DEMOCRACIA: HISTÓRIA E DÊS(ILUSÃO)

A luta pela independência visava a possibilidade de, autonomamente, os africanos dirigirem os seus próprios destinos. Este era o slogan muito difundido pelos líderes políticos africanos. Subjacente ao slogan está o princípio de, finalmente, e apenas com a independência, o 'povo' poderia auto-governar-se. Ou seja, apenas com a independência a democracia poderia realizar-se.

De facto, no momento das independências nacionais ou no período que imediatamente se lhes seguiu, foi salvaguardada, em muitos países a possibilidade do pluralismo político e do multipartidarismo. Em muitos casos, as constituições dispunham sobre os direitos dos cidadãos, nomeadamente os direitos políticos, e não apenas os direitos sociais. Isto é verdade tanto para os países de natureza socialista ou liberal. Em todo o caso, não muito tempo depois das independências para alguns países e para outros com a independência a centralização e o monolitismo apoderaram-se dos regimes e sistemas políticos que se endureciam ou se flexibilizavam com os golpes militares que, amiúde, aconteciam. Como assinala Peter Anyang' Nyong'o a propósito das democracias no momento das independências, "*(...) a democracia não consiste apenas em ter administrados que escolhem os seus governantes. Eles devem sobretudo controlá-los e é neste ponto que os princípios da democracia se tornam universais. Esta universalidade estava presente nas constituições dos Estados africanos no momento das independências. Mas ela foi rapidamente rejeitada pelos nacionalistas, ávidos de consolidar o seu poder político*".¹⁷

(17) NYONG'O, Peter Anyang'. Discours sur la démocratie en Afrique. In: CHOLE, E. & IBARHIM, J. (Org). *Processus Démocratique en Afrique*: Problèmes et Perspectives. Dakar, Codesria, 1995, p. 27.

Embora não se possa generalizar a afirmação de Nyong'o segundo a qual a consolidação do poder político se sobrepunha à ideia de democracia, entendida esta no sentido de democracia liberal, um conjunto de discursos de natureza política e/ou economicista são produzidos para legitimar o *status quo* ou para definir as escolhas em termos de regime político. O facto é que, com as independências, os regimes monoportidários alastraram-se um pouco por todo o continente e, mais do que isso, a expressão da pluralidade social e política que se traduz na dinâmica dos movimentos sociais ou na efervescência da sociedade civil, conhece limites à sua manifestação e exercício.

Tanto os regimes de características liberais como os de tipo revolucionário produzem uma série de reflexões justificando as escolhas políticas entretanto feitas. Por vezes, os mesmos argumentos anteriormente utilizados pelos colonizadores e, contestados pelos nacionalistas africanos, são agora retomados por estes para legitimar o seu poder político e/ou para a extensão deste. Referim-nos à velha discussão entre o Estado-Nação-Etnia.

Afirmamos já que a multiplicidade de etnias em África foi justificada como impossibilitadora da construção de um Estado Moderno, nos mesmos moldes que os Estados Moderno Ocidentais. Isto porque a identidade nacional supra-étnica não existia, os conflitos inter-étnicos frequentes, a mobilidade espacial enorme, dificultando a definição de uma base territorial que suporta o Estado. Com as independências este mesmo argumento é utilizado no sentido de que a construção de um Estado nacional, num contexto pluriétnico carece de um poder central e centralizador forte que possa evitar eventuais derrapagens tribalistas. Neste sentido, o pluralismo político e multipartidarismo poderiam potenciar as rivalidades étnicas inviabilizando o projecto de formação da Nação. Paradoxalmente, para além de outras considerações que poderão ser formuladas, designadamente porque conformar-se com as linhas de demarcação da Conferência de Berlim, ou porque não Estados-Nação-Etnias, a centralização do poder político reforçou-se recorrendo às bases étnicas, criando, pela exacerbação de conflitos, fissuras sociais e políticas graves, por vezes temporariamente resolvidas com as intervenções militares.

Outras reflexões e posicionamentos políticos justificam a necessidade de Estados fortes e regimes políticos assentes no monopartidarismo afirmando que o desenvolvimento económico não era compatível com a denominada intransquilidade do jogo político. Segundo esta perspectiva, a unidade nacional e a reconstrução nacional exigiam o envolvimento de todos, sem contendias político-partidárias.

Outras ainda legitimam o discurso contrapondo à democracia liberal representativa o conceito de democracia social, nuns casos, ou socialista/directa

noutros. Para estas reflexões, os movimentos que lideraram a luta pelas independências, pela amplitude da sua base social de apoio, emanavam e representavam o todo social não se encontrando, por conseguinte, justificações para a implementação de uma democracia liberal. Além do mais, o fundamental não seria garantir uma eventual participação na vida política, através de mecanismos de representação política quando, por um lado, pode-se garantir a participação das populações através de outras formas de organização do poder do Estado e, por outro, as garantias de desenvolvimento social e económico e do princípio da igualdade dos cidadãos poderiam, ser consideradas como mais fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Trata-se finalmente da contraposição entre a 'igualdade formal' de direitos que caracterizaria a democracia liberal e a 'igualdade substancial' no acesso aos meios de produção. Pode-se ainda dizer que está-se em presença da oposição liberdade *versus* igualdade. Acrescente ainda, como o sublinhou Sekou Touré para a Guiné Conakri, que o exercício dos direitos assinalados pela democracia liberal é uma miragem quando a maior parte da população vive em pobreza absoluta. Neste caso, urge primeiro resolver os problemas de subsistência das populações para, de seguida, se pensar na participação das mesas na vida pública, designadamente na vida política.

O interessante a sublinhar no caso do contexto africano é que a construção de um Estado forte, de tendência totalitária, o grande Leviathã, parece ter constituído, com as independências, um objectivo de regimes políticos classificados como sendo de 'direita' ou de 'esquerda'. A questão que se coloca ou se pode colocar é se, efectivamente, existe alguma concepção de Estado e de política por detrás destas práticas políticas ou se interesses particulares se têm sobreposto ao interesse geral. Ou ainda quais seriam os factores sociais e históricos constitutivos das formações sociais africanas que estariam na origem desses movimentos pendulares.

Sem se cair no dualismo explicativo, é necessário, de igual modo, no processo analítico da realidade e da história política africana, não considerar os conceitos de uma forma estática ou absoluta.¹⁸ Antes devem ser vistos na sua

(18) Fernando Mourão chama a atenção para o perigo das análises bi-polares que, embora aliciantes, não dão conta da realidade africana, extremamente complexa e pendular. Diz este autor "*As rearticulações dos países africanos com o sistema económico internacional passam ou devem passar necessariamente pelo repensar dos conceitos de indivíduo, etnia, Estado, pelo equilíbrio entre eles e não apenas por uma tentativa reducionista e maniqueísta de privilegiar apenas um dos pólos. Até hoje as tentativas e as práticas têm sido de natureza pendular: da unidade em torno do Estado vemos agora o pêndulo se deslocar para privilegiar unidades culturais ou étnicas mais reduzidas no espaço africano, o que aliás se vem repetindo em outras partes*

dimensão sócio-histórica ou diacrónica, em que uma confluência de factores explicativos podem concorrer para a explicação do fenómeno. De facto, não se deve esquecer, como diz Mafeje, que “*Os ideais tais como a liberdade de expressão, a liberdade de associação, a liberdade de imprensa, o Estado de direito, e o respeito dos direitos individuais são irrecusáveis. Mesmo os fascistas da pior espécie da Europa e de outros lugares, juraram respeitá-los, mesmo para justificar suas atrocidades sociais*”.¹⁹ Esta afirmação, válida para o continente africano, serve para corroborar o facto de a democracia não existir no vazio; ela é historicamente construída e determinada.²⁰

Efectivamente, o processo de centralização do poder do Estado não se dá de forma pacífica, assim também como não o foi a implementação do poder colonial. As contestações aos desvios totalitários à direita e à esquerda foram corporizadas por diversos movimentos sociais e sindicais e por alguns intelectuais, não obstante a forte repressão de que, no mais das vezes, os participantes dessas movimentações foram vítimas

Se na primeira década da independência a excelente performance económica de praticamente todos os países africanos acabou, por um lado, por permitir a melhoria dos indicadores económicos das pessoas e, por outro, a melhoria do acesso aos serviços sociais de base, as décadas subsequentes viriam a levar a um declínio do desenvolvimento económico e social e à degradação das condições de vida das populações. Por conseguinte, as condições para a tensão social estão instadas e a possibilidade de utilização do aparato estatal de repressão vai aumentar. A tensão social e política conjugam-se.²¹

A vida política centra-se, essencialmente, nas elites dirigentes deixando de fora, por um lado, os que, embora pertencendo às elites, contestam o *status quo* e, por outro, os movimentos sociais urbanos e rurais que vivificam e dão corpo à cidadania. A política, tal como definida por Bernard Crick, como sendo

do mundo”. MOURAO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de Método. *In: AFRICA, Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, S. Paulo, 16-17 (1): 9, 1993-1994.*

(19) MAFEJE, A., *op. cit.*, p. 5.

(20) Voltaremos a esse assunto quando analisarmos as possibilidades e limites da democracia em África.

(21) Para uma análise mais aprofundada das relações entre o desenvolvimento económico e as lutas democráticas em África Cf. M' BAYA, Kankwenda. Crise économique, ajustement et démocratie en Afrique. *In: CHOLE, E. & IBRAHIM, J. (Org). Processus Democratique en Afrique. Problèmes et Perspectives. Dakar, Codesria, 1995; ANGLARILL, Nilda Beatriz. Les modeles de developpement en Afrique: La fin d'un mythe? In: AFRICA, Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, S. Paulo, 14-15 (1): 91-118, 1991/1992.*

“uma actividade graças à qual interesses divergentes são conciliadas, as diferenças expressas e de seguida colocadas em causa, o bem-estar colectivo assegurado, assim como a sobrevivência de toda a comunidade”,²² está longe de ser efectiva. No entanto, na década de oitenta e durante os anos noventa, a degradação social e económica em confluência com a repressão política e o desmoronamento dos países do leste vão possibilitar um novo reviver dos movimentos sociais, políticos, sindicais e estudantes, reclamando ao mesmo tempo pela implementação da democracia e pela melhoria das condições de vida.

As instituições financeiras internacionais, para as quais a democracia significava uma gestão eficaz da economia e da ajuda externa, começam a introduzir novas variáveis na cooperação com os países, condicionando a ajuda e/ou a concessão de empréstimos a uma boa governança, ao respeito dos direitos humanos. Paulatinamente, os organismos de cooperação bilateral começam também a condicionar a ajuda pública ao desenvolvimento à obediência das regras anteriormente referidas. Países que antes eram tidos como excelentes parceiros deixaram de o ser. Aqui, não se pode desprezar o clima bipolar em que se vivia no qual muitos países desempenhavam um papel importante no xadrez geopolítico e, por conseguinte, questões de ordem interna eram preteridas no quadro das relações internacionais.

Nos anos finais dos anos oitenta e durante a década de noventa, a crise económico-financeira conhecida pela quase totalidade dos países africanos por um lado, e o desmoronamento do bloco de leste e do socialismo real, por outro, não apenas tornaram visíveis as lutas sociais e políticas em África como conduziram a levantes populares com consequências, por vezes, dramáticas seja para a população seja para as então nomenclaturas. O caso do Mali sob Moussa Traoré é disso um exemplo eloquente. As greves estudantis em Dakar, Abidjam e Niamey e a invasão dos campi universitários pelas autoridades judiciais também constituem sinais do novo clima social e político que se vivia. Em todo o caso, as possibilidades de um retorno ao processo democrático ganham expressão. Por todo o lado em África realizam-se conferências nacionais de transição dos regimes políticos. Nos países africanos de língua oficial portuguesa, particularmente nos casos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, a mudança de regime e sistemas políticos se faz de uma forma meteórica, levando as oposições ao poder. Mesmo nos países em guerra civil depois de décadas vêem avançar o processo negociado para a paz e a transição democrática. Moçambique exemplifica esta situação.

(22) Citado em IBRAHIM, Jibrin, *op. cit.*, p. 132.

III - A ÁFRICA E A DEMOCRACIA NO FINAL DO MILÉNIO: POSSIBILIDADES E LIMITES

Não se pode negar que os processos de transição em África trouxeram um clima de distensão, de diálogo e de terem proporcionado maior espaço de participação política e cívica. Um pouco por todo o lado, medidas legais e institucionais foram tomadas no sentido de salvaguardar espaços para o exercício dos direitos sociais e políticos. Contudo, as transições democráticas não têm sido em todos os casos perenes, conhecendo quase sempre alguns percalços. Os exemplos da Nigéria, do Níger, da República do Congo, do Ruanda e Burundi bem como na costa Ocidental da Serra Leoa, de entre outros, mostram os percalços do processo. Por outro têm-se ouvido reiteradas vezes que, não obstante a existência de mecanismos legais, por vezes, constitucionalmente consagrados, estes não constituem o garante da transparência e da igualdade de oportunidades nas lutas e embates político-eleitoriais. O clientelismo é apontado ainda como um facto corrente, bem como a sufocação ou melhor a tentativa de sufocação financeira de estruturas municipais e comunais lideradas pelas oposições.

Do ponto de vista económico, os Programas de Ajustamento Estrutural tidos como uma quase 'tábua de salvação' para as economias debilitadas mostraram-se, mais de uma década depois do início de sua implementação, os seus aspectos perversos. Efectivamente, embora alguns indicadores macro-económicos tenham melhorado, a situação sócio-económica das populações conheceu e vem conhecendo uma degradação significativa. Investimentos em sectores sociais, como a educação, a saúde e o saneamento conheceram uma acentuada regressão. Enfim a pobreza aumentou.

O lado trágico do PAE reside no facto da sua implementação ser concomitante ao processo de transição democrática. Mais ainda, ele acaba por incorporar, na dimensão económica, a ideologia liberal que, entretanto, se tornou largamente hegemónica. A liberdade individual e o mercado são os credos do neo-liberalismo. Ora, acontece que a degradação das condições de vida das populações, pelo efeito da implementação do PAE num momento de transição democrática pode ser imputável ao novo regime político. A desilusão pode ser o resultado amargo do processo. É o hiato entre o ideal e o real, entre a utopia e o *status quo* que numa inter-relação dinâmica ditam o sentido das lutas e das mudanças sociais, como diria Georges Balandier. Os levantes sociais decorrentes da degradação das condições de vida, aliados aos interesses de grupos e categorias sociais bem específicos podem fazer perigar as instituições democráticas. O levante militar ocorrido recentemente na Zâmbia demonstra este facto.

De igual modo, as vicissitudes do processo de transição democrática em África não podem ser dissociadas, por um lado, de interesses económicos que o continente desperta junto a grupos transnacionais e, por outro, do realinhamento de forças a nível regional. No primeiro caso, os interesses das grandes empresas transnacionais faz com que estas busquem não apenas influenciar o poder político como também provocar, se for caso disso, a mudança de posicionamento ou mesmo a saída dos donos do poder. Recentemente, e no quadro do conflito armado na República do Congo-Brazzaville, os partidários do deposto Presidente Pascal Lissuba acusaram a empresa petrolífera francesa Elf-Aquitaine de ter financiado as milícias-cobras de Denis Sassou Nguesso. De referir que esta acusação não é recente. De facto, refere Mkandawire “*Parece, com efeito, que a Elf-Aquitaine, uma companhia petrolífera francesa, esteve implicada no desaparecimento de vários milhares de milhões de dólares de receitas petrolíferas nestes países onde os movimentos de oposição reclamaram sempre uma verificação das contas da companhia*”. Acrescenta ainda o mesmo autor que “*esta eventualidade causou calafrios aos grupos de interesse franceses e explicaria a opção da França por uma mudança simbólica prolongando o processo de democratização ou a manutenção pura e simples do status quo*”.²³ Ainda sobre o mesmo assunto, pode-se referir o apoio explícito ou implícito dos governos ingleses, qualquer que seja o partido político no poder, ao governo do Quênia não obstante as frequentes repressões aos movimentos estudantis, sindicais e dos partidos políticos. A situação na África do Sul sob o apartheid, nem sequer é necessário ser referida.

Quanto ao segundo caso, são os interesses geopolíticos a determinar os apoios, as alianças e/ou o distanciamento entre as lideranças políticas regionais, traduzindo-se ou em conflitos directos ou no apoio financeiro, logístico e militar a grupos e/ ou partidos aliados. A África Central e Oriental tem-nos fornecido alguns exemplos neste domínio. O envolvimento do governo de Angola no conflito militar que levaria ao derrube do então presidente Mobutu da ex-República do Zaire e, mais recentemente, na queda de Lissuba no Congo Brazzaville, ou ainda a acusação feita pelos dirigentes do Ruanda à Tanzânia que estaria apoiando os opositores ao regime de Kigali mostram o quanto os interesses políticos dos Estados acabam também por levar a movimentações militares, com reflexos no processo de transição democrática.

Não se deve, como vimos referindo nesta comunicação, imputar aos factores externos a explicação total ou unilateral dos fracassos ou percalços do processo de transição democrática em África. Uma análise ao mesmo tempo

(23) MKANDAWIRE, Thandka. *Ajustement, conditionnalités politiques et démocratisation en Afrique*, p. 90,

diacrónica e sincrónica, ou seja histórica e estrutural das formações sociais africanas podem ajudar a entender as vicissitudes dos processos democráticos em África. Normalmente os dirigentes africanos são tidos como corruptos e maus gestores. Talvez não seja indiferente a esta acusação, o facto de as instituições financeiras internacionais, particularmente o Banco Mundial, passarem a impor, como condição de financiamento, o conceito de boa governance, entendida como uma gestão rigorosa dos negócios públicos a que viria a acrescentar-se o respeito pelos direitos humanos.

As formações sociais africanas, ainda que dominadas por relações sociais capitalistas, coexistem ainda com fortes componentes pré-capitalistas que com aquelas se entrelaçam e dão um sentido específico à história e à dinâmica das sociedades africanas. A estruturação em termos de classes sociais é perpassada por relações sociais outras como a etnicidade, a raça, as clivagens religiosas, sexuais ou de género, de idade, etc. Esta forma de articulação entre relações de produção capitalista e pré-capitalista faz com que, a nível do campo político, esta teia complexa de posicionamentos e confrontos se faça sentir com acuidade. A gestão da coisa pública e do Estado, as relações dos indivíduos com o Estado são permeadas por relações identitárias do grupo étnico a que se pertence, do grupo de idade, etc. É, por conseguinte, difícil entender e apreender o Estado Moderno Africano nos mesmos moldes que nos países Ocidentais. Também, por isso, muitos casos de usurpação dos 'negócios de Estado' não podem, de uma maneira assaz redutora, ser tida como corrupção, clientelismo ou nepotismo. Isto, no entanto, não quer dizer, que não existam casos – e muitos- de corrupção em África.²⁴

O que se quer chamar a atenção é que, muitas vezes, as relações e interesses étnicos e outras se sobrepõem, por serem espaços de construção da identidade individual e de grupo, aos de um Estado pretensamente impessoal, burocratizado, e neutro, como o que fazer crer a teoria liberal. De facto, o Estado constitui uma relação social, um espaço de luta entre projectos de sociedade diferentes. E é nesta perspectiva que os Estados em África devem ser analisados.²⁵ Ainda que possa parecer paradoxal, é precisamente esta especificidade

(24) Mesmo os países tidos como sendo exemplos de uma gestão transparente dos negócios públicos têm sido assaltados por denúncias e corrupção. Por toda a Europa tem se vindo a adoptar as denominadas 'Operações Mãos Limpas'. Itália, França, Bélgica, e recentemente a Rússia têm sido alguns dos países abalados pela corrupção envolvendo políticos e homens de negócios.

(25) Cf. MAFEJE A. *Société civile et liberté de recherche en Egypte*. In: DIOUF, Mamadou & MANDANI, Mahmood (Direcção). *Liberté Académique en Afrique*. Dakar, Codesria, 1994, p. 289-301.

dos países do continente africano que pode impulsionar o processo democrático como também refreá-lo. No primeiro caso, considerando que as relações interpessoais são fortes, a mediação entre o indivíduo e o Estado não se faz única e exclusivamente pela sua transmutação em cidadão, em que os seus direitos políticos são exercidos por delegação e/ou directamente nos actos eleitorais.

Efectivamente espaços outros de participação podem ser utilizados seja os movimentos sociais seja as estruturas tradicionais de sociabilidade. O controle dos negócios públicos poderia, desta forma ser mais efectivo se se aproveitar os diversos canais de participação existentes e que ultrapassam de longe os previstos pelas instituições do Estado. Isto, no entanto, à condição que, os homens políticos, as elites e os intelectuais orgânicos, na acepção gramsciana, interiorizem a necessidade da participação e pugnem para que isso aconteça. Mais ainda é necessário que todos tenham presente que a existência de um pluralismo ideológico e social que leva à participação constitui o pré-requisito para que exista um ambiente favorável a uma vivência democrática e à interiorização destes princípios democráticos. Mais ainda, é preciso ter-se presente que as sociedades são na sua essência plural e, por consequência, a possibilidade de alternância está sempre presente.

No segundo caso, as naturais diferenças étnicas, religiosas e outras podem ser instrumentalizadas para fins outros, designadamente para a consolidação do poder político dos que estão no poder ou na busca da ascensão ao poder para aqueles que se encontram na oposição. Neste caso, a 'grande massa' é utilizada para fins particulares de pequenos grupos e/ou categorias sociais.

Neste momento, em África, não obstante as diferenças políticas existentes, parece haver um consenso sobre a necessidade de se avançar como o processo de transição democrática ainda que as formas propostas ou utilizadas bem como o ritmo sejam diferentes.

Constata-se a graus diferentes uma redinamização dos movimentos sociais, das associações comunitárias. Entre os fazedores de opinião a democracia é aceite como uma necessidade e que, num contexto nacional internacional como o de hoje, dificilmente se poderá afastar. Mais do que discurso são necessárias acções e atitudes que denotem uma real vontade e interiorização dos valores e princípios tidos e aceites como democráticos. Não é de reafirmar a necessidade de se ultrapassar a distância entre o que se diz e que se pratica, sobretudo quando se ouve frequentes vezes a denúncia de uma falta de vivência democrática, da aceitação efectiva da diferença e da divergência.

Fizemos já referência anteriormente que a tradição de lutas democráticas em África joga também a favor da continuidade e do aprofundamento do

processo democrático, assim como as formas de sociabilidade africana numa inter-relação com as modernas podem ser catalisadores não negligenciáveis neste processo. No entanto, um conjunto de factores condicionantes pode limitar ou mesmo retroceder processo. Aliás, alguns países africanos já o experimentaram mesmo aqueles que passaram incólumes pela primeira fase de transição, a que conduziu às eleições pluralistas.

No entanto, não se pode negar que a democracia é antes de tudo uma vivência e uma aprendizagem qualquer que seja o conteúdo que a ela queiramos dar. Neste sentido, concordamos com Bourdieu quando afirma que quando se interioram normas sociais de comportamento elas tendem a transformar-se em estruturas estruturadas que, apenas quando postas perante forças estruturantes, poderão levar a mudanças. Aplicando este raciocínio à análise política, diríamos que globalmente, e não obstante as lutas democráticas vividas no continente africano, a nossa experiência é fundamentalmente de regimes autocráticos, seja no período colonial seja nas primeiras décadas da independência. Assim sendo a geração que de, alguma forma, participa, mais activamente na vida política e mesmo os que ela são chamadas a participar, não têm interiorizado os valores democráticos. Falta ainda a transformação dos valores democráticos numa permanência na vida política. Para tal um processo de aprendizagem permanente e a todos os níveis é requerido. É preciso que os movimentos sociais e a sociedade civil tenham espaço de intervenção na vida pública. Que o cidadão não apenas delegue o seu poder, por ocasião das eleições, aos homens da política, mas que no exercício dos mandatos possa controlá-los de forma permanente.²⁶ Cabe ainda aos intelectuais, enquanto 'organizadores da cultura' estar atentos aos desvios e às derrapagens, colocando-se como participante activo do jogo político.

A intervenção dos intelectuais poderá estar facilitada com o processo crescente de neoliberalismo que vem assolando o mundo em geral e o continente africano em particular. Se antes o Estado era, por excelência o grande empregador, derramando os seus tentáculos por toda a sociedade, o seu desengajamento da economia, e mesmo a privatização do Estado, tendem a possibilitar um maior grau de autonomia aos intelectuais, permitindo-lhes um maior espaço de manobra e de tomada de posições públicas sem possibilidades de grandes pressões.

(26) Cabe referir que a representação político-eleitoral que consiste na delegação por parte do cidadão de um determinado *quantum* de poder que lhe é próprio a outrem permitindo, deste modo, ao representante (eleito) falar e decidir em nome do representado. Este processo tende a levar, a uma autonomia daquele e uma alienação deste dos negócios

As possibilidades de um avanço mais significativo e permanente do processo de democratização das sociedades e dos Estados Africanos esbarram nos graves problemas económicos e financeiros por que passa a maioria dos países africanos. A pobreza e a exclusão social têm feito aumentar perigosamente a tensão social, provocando instabilidade política e governativa colocando, enfim, em causa o processo de democratização. Alguns levantes populares e militares ilustram o clima de inquietude e os percalços do processo democratização. Neste sentido,²⁷ a resolução dos problemas económicos e financeiros constitui uma condição necessária para o aprofundamento do processo democrático em África. Para isso, é verdade que uma gestão mais criteriosa da coisa pública é requerida. Contudo, não é menos verdade que as receitas de gestão macro-económica dos organismos financeiros internacionais para além de se terem mostrado de eficácia duvidosa, têm sido um autêntico atentado à soberania de muitos países.

Num mundo dito globalizado necessário se torna repensar as relações económicas e políticas internacionais, não apenas ao nível dos Estados mas, e de forma crescente, a nível das empresas e demais organismos nacionais, por forma a que a iniquidade não se transforme em exclusão permanente de povos e Estados. Como assinala Hutchful “*a democracia, enquanto fenómeno universal, não pode ser perenizada a não ser que ela seja construída sobre a equidade nacional e internacional e sobre alicerces que tenham em conta as necessidades e os direitos dos indivíduos e das nações. Para fazê-la, é indispensável que os movimentos democráticos se entendam sobre as regras do jogo económico*”.

À GUIA DE CONCLUSÃO:

Tentamos nesta comunicação mostrar que a democracia em África só pode ser entendida se ela for tomada como conceito e um processo sócio-histórico específico. Nesta perspectiva, as lutas democráticas em África perpassam a sua

públicos. De certa forma, a representação tende a transformar-se num fetiche. Neste sentido, a dinamização e o reforço de outras formas de participação e decisão política, bem como de controle do poder constituem mecanismos de aprofundamento da democracia. Num mundo em que as relações políticas são, cada vez mais, mediadas pelos órgãos de comunicação social, o processo de representação tende a transformar-se numa relação mercadológica em que o candidato a representante é um produto que se oferece ao representado (eleitor).

(27) HUTCHFUL, Eboe. *Dimensions internationales du processus de démocratisation en Afrique*, p. 118.

história, embora as formas sociais e históricas em que se revestiu foram e são as mais diversas.

De igual modo, procuramos mostrar as vicissitudes por que passou o projecto de concretização da democracia em África, seja no período colonial seja nos primeiros anos da independências seja ainda no momento actual. As condições sociais e económicas específicas do continente africano aportam elementos particulares à construção da democracia. Esta, no caso do continente africano, não constitui, ou não deve constituir, a caixa de ressonância do que a teoria liberal propala, mas deve agregar outros valores constitutivos das identidades nacionais, étnicas e sociais das populações africanas na sua diversidade étnica, linguística e cultural. Enfim, é a história social africana que define o sentido e o conteúdo da democracia.

É, no entanto, certo, que a perenização do processo democrático africano não se dará fora do quadro das injunções e articulações que abalam o mundo contemporâneo e da resolução dos graves problemas económicos e sociais que os países africanos conhecem.

A nível interno de cada país, necessário se torna que todos os actores sociais participem da vida política, social, económica e cultural e que para tal, os poderes públicos criem espaços de exercício da cidadania. De igual modo, urge que as várias categorias sociais pugnem por uma maior participação e por um maior espaço de intervenção. Dificilmente, o poder político estabelecido de per si abrirá espaços de participação e de contestação política, mormente em sociedades emergentes de tradições de exercício autocrático do poder.

BIBLIOGRAFIA

- ANGARILL, Nilda Beatriz. Les modèles de développement en Afrique: La fin d'un mythe? *In: ÁFRICA*, Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, S. Paulo, 14-15 (1): 91-118, 1991-1992.
- BASTIDE, Roger. La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique. *In: CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE*, Paris, PUF, 21 (13): 77-99, juillet, 1956.
- CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta* (Obras Escolhidas). Lisboa, Seara Nova, 1978. (Vols I e II).
- CHOLE, Eshetu & IBRAHIM, Jibrim. *Processus de Démocratisation en Afrique*. Problèmes et Perspectives. Dakar, Codesria, 1995.
- DIOUF, Mamadou & MANDANI, Mahmood. *Liberté Académique en Afrique*. Dakar, Codesria, 1994.

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 199-217, 1997/1998.

FURTADO, Cláudio Alves. *Gênese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia, ICLD, 1997.

MANDANI, Mohmood & WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar, Codesria, 1995.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: Utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *In: AFRICA- Revista do Centro de Estudos Africanos*, USP, S. Paulo, 16-17 (1): 3-22, 1993-1994.

SERRANO, Carlos M. H. & MUNANGA, Kabengele. *A Revolta dos Colonizados*. S. Paulo, Atual, 1995.

SERRANO, Carlos M. H. *Angola: Nasce uma Nação*. S. Paulo, FFLCH-USP (Tese de doutoramento), 1988.

ABSTRACT: This article proposes a quick overview of the democratization process in Africa, seeking to understand the inner variables of its concretization, in a world context where representative democracy is a main value. The difficulties seen during the Africa's transition process will be considered in its political, economic, cultural and social dimensions. The dynamics and the dialects between the endogenous and exogenous relations of the African continent, as well as its deep economic and financial dependence, can explain the recent continent's situation and can determine its perspectives to the future. The setbacks suffered by some countries during its path to the implementation of a democratic system, reveals the network of economic, political and ethnical relationships that make the African political reality and limit the implementation of public policies and the plural political praxis.

Keywords: African politics; Democratization; Political transition; Economic dependence